

CARTA RESERVADA DE SEGUROS

ENSAIO CONCEITUAL —SÉRIE C

As quatro camadas da distribuição de seguros na era dos dados

Por que o poder está migrando da intermediação para a infraestrutura — e o que isso significa para quem opera no sistema

Manuel Matos

A transformação em curso na distribuição de seguros não pode ser compreendida a partir de categorias tradicionais, como canais, produtos ou estruturas regulatórias isoladas. O que está em jogo é uma mudança mais profunda: a reorganização da distribuição como função sistêmica dentro da economia de dados. Nesse contexto, o Open Insurance deixa de ser o eixo explicativo central e passa a ser compreendido como um dos componentes de uma arquitetura mais ampla, na qual dados, consentimento, identidade e infraestrutura tecnológica redefinem os fundamentos da intermediação.

Para organizar esse novo campo, é necessário abandonar a lógica de mapeamento institucional por entidades e adotar uma abordagem estrutural, baseada em camadas de função. Essa mudança de perspectiva permite separar com clareza papéis, evitar sobreposições e, sobretudo, compreender onde reside o poder real em um sistema que se desloca da intermediação para a infraestrutura.

1. A CAMADA ARQUITETURAL: A GRAMÁTICA DO SISTEMA

A primeira camada é a arquitetural. Trata-se do nível onde se definem as regras do jogo. Não é um espaço setorial, mas transversal, no qual se estabelecem os princípios que governam a circulação de dados, a validade do consentimento, a interoperabilidade entre sistemas e a identidade dos agentes. Instituições como o Banco Central do Brasil, a ANPD e a SUSEP atuam nesse plano como definidoras de padrões, ainda que com escopos distintos. A Câmara Brasileira da Economia Digital exerce papel relevante na articulação entre setores e na construção de uma visão integrada da economia digital. É nessa camada que se estabelece a gramática do sistema — e, portanto, onde se define a lógica que condiciona todas as camadas seguintes.

2. A CAMADA DE REPRESENTAÇÃO: A LEGITIMIDADE DOS AGENTES

A segunda camada é a da representação. Aqui se organiza a legitimidade dos agentes que operam dentro do sistema. No caso da distribuição supervisionada de seguros, esse espaço é ocupado por um conjunto de entidades que estruturam a voz institucional dos corretores, como FENACOR, SINCORs, IBRACOR, IBDCOR e CRSNSP. Em paralelo, a CNSeg representa os interesses do capital segurador. Essa dualidade revela uma geopolítica própria do setor: de um lado, a distribuição; de outro, a produção do risco.

Uma terceira força, contudo, emerge com crescente intensidade — a distribuição não supervisionada, protagonizada por plataformas digitais, fintechs e grandes empresas de tecnologia, que operam à margem

das estruturas tradicionais de representação. A disputa, portanto, deixa de ser apenas regulatória e passa a ser também estrutural, envolvendo a própria definição de quem pode — ou não — ocupar a interface com o cliente.

3. A CAMADA DE INFRAESTRUTURA OPERACIONAL: A SEDE DO PODER EFETIVO

É na terceira camada que a arquitetura se materializa e a representação se torna prática. Aqui estão as plataformas, os sistemas de integração, os mecanismos de gestão de consentimento e as estruturas que viabilizam a execução das ordens do cliente. É também nesta camada que reside a pergunta decisiva de toda a reorganização em curso: quem controla os fluxos de dados e de operações que conectam segurado, corretor e seguradora?

A figura da Sociedade Processadora de Ordem do Cliente (SPOC) emerge, nesse contexto, como função institucional crítica. A SPOC não é mero componente técnico: é a camada responsável por orquestrar fluxos de dados de forma segura, auditável e alinhada ao interesse do titular. Sua relevância decorre de um princípio que a ontologia formulada em *Da Intermediação à Infraestrutura* explicita: infraestrutura não é detalhe operacional — é, muitas vezes, a sede do poder estrutural. Quem influencia a infraestrutura influencia o custo de transação de todos os demais participantes do ecossistema.

Essa constatação tem consequência direta sobre a governança do sistema. Quando a infraestrutura operacional é controlada por agentes com interesses próprios na cadeia de produção ou distribuição, o risco de concentração funcional se materializa não pela via da competição de mercado, mas pela via da arquitetura de sistemas. O fenômeno que a obra denomina regulação infraestrutural de fato — a capacidade de agentes privados condicionarem o comportamento de todo o ecossistema por meio do desenho técnico da plataforma — manifesta-se com maior nitidez nesta camada.

Por isso, a terceira camada é o campo onde se decide, na prática, se a distribuição de seguros funcionará como infraestrutura de confiança ou como canal subordinado a plataformas. A resposta depende de uma condição específica: a existência de padrões públicos de interoperabilidade — os Padrões de Interoperabilidade do Sistema Nacional de Seguros Privados (PI-SNSP) — que impeçam que a infraestrutura privada se converta em barreira de acesso ou instrumento de captura.

4. A CAMADA DO MERCADO EXPANDIDO: A PRESSÃO PELA RECONFIGURAÇÃO

A quarta camada é a do mercado expandido. Trata-se de um espaço não institucionalizado, onde atuam grandes plataformas tecnológicas, empresas de telecomunicações, fintechs e modelos de seguro embutido (embedded insurance). Diferentemente das entidades de representação ou dos reguladores, esses atores não disputam legitimidade formal, mas sim a captura da jornada do cliente. Ao fazê-lo, tendem a deslocar o centro de gravidade do sistema, substituindo relações mediadas por estruturas institucionais por interações diretas, baseadas em conveniência, dados e escala.

A questão que essa camada coloca à distribuição supervisionada não é apenas concorrencial — é arquitetural. Se a quarta camada opera sem enquadramento institucional, ela tende a absorver as funções

das camadas anteriores por força de escala e conveniência, sem que nenhum dos mecanismos tradicionais de defesa — regulatório, representativo ou de governança — consiga contê-la.

O instrumento que evita essa absorção é precisamente a articulação entre as três primeiras camadas. A camada arquitetural precisa definir regras que exijam neutralidade funcional de todo agente que distribua seguros, independentemente de sua origem. A camada de representação precisa assegurar que a distribuição supervisionada tenha coerência e capacidade de articulação suficientes para participar da formulação dessas regras. E a camada de infraestrutura precisa operar sob padrões públicos que garantam acesso equitativo, portabilidade e não discriminação. Sem essa articulação triplamente coordenada, a quarta camada ocupa o espaço vazio por inferência técnica, não por escolha institucional.

5. TRÊS FRENTES DE ATUAÇÃO: DO DIAGNÓSTICO AO PROGRAMA

A compreensão dessas quatro camadas permite uma leitura mais precisa do momento atual. A distribuição supervisionada não está sendo simplesmente desafiada; está sendo deslocada de sua posição histórica. Para preservar sua relevância, não basta defender espaços existentes — é necessário reposicionar-se dentro da nova arquitetura.

Até aqui, a análise operou no registro do diagnóstico. A partir deste ponto, opera no registro do programa de ação. A distinção é deliberada: um diagnóstico sem programa é mera constatação; um programa sem diagnóstico é voluntário. O que se propõe a seguir decorre diretamente da leitura estrutural apresentada.

Na camada arquitetural, é fundamental contribuir para a formulação dos princípios que regerão o sistema, especialmente no que diz respeito ao papel do consentimento, à proteção do titular dos dados e à interoperabilidade entre setores. Na camada de representação, é necessário organizar e fortalecer o bloco institucional da distribuição supervisionada, garantindo coesão, clareza de propósito e capacidade de articulação perante os demais atores do ecossistema. E, na camada de infraestrutura, torna-se indispensável desenvolver e operar soluções concretas que materializem essa visão, transformando conceitos em experiência real para o usuário.

6. INDEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL COMO ATIVO ESTRATÉGICO

Essa atuação em múltiplas camadas exige, contudo, disciplina. A separação entre as camadas não é apenas analítica, mas também operacional. Misturar funções — por exemplo, utilizar espaços institucionais para fins econômicos ou confundir formulação arquitetural com oferta de produto — compromete a credibilidade e reduz a capacidade de influência.

A independência institucional, nesse contexto, não é apenas uma diretriz ética — é um ativo estratégico. Quem formula princípios para o sistema precisa fazê-lo sem estar condicionado por interesses de parte. Quem propõe padrões de interoperabilidade precisa demonstrar que o desenho técnico não favorece nenhum operador específico. Quem articula a representação institucional precisa preservar a integridade da voz coletiva, sem subordiná-la a agendas particulares. A credibilidade de cada uma dessas funções depende da percepção de que quem as exerce atua em nome do sistema, não de uma posição dentro dele. Em setores regulados, a independência não é virtude abstrata; é condição de efetividade.

7. A DISTRIBUIÇÃO COMO INFRAESTRUTURA DE CONFIANÇA

A tese que se apresenta, portanto, é a de que a distribuição de seguros, na era dos dados, deve ser compreendida como uma infraestrutura de confiança. Não mais como um canal de venda, nem como uma função acessória da cadeia de valor, mas como um elemento estruturante do próprio sistema. Nesse novo arranjo, o corretor deixa de ser apenas intermediário e passa a ocupar o papel de intérprete, curador e executor qualificado das decisões do titular dos dados.

Organizar o campo a partir dessa perspectiva é, em última instância, uma forma de antecipar o futuro. Ao reconhecer que o poder se desloca da intermediação para a infraestrutura, e da posse da informação para a governança do consentimento, abre-se espaço para uma atuação mais estratégica, menos reativa e mais alinhada com a lógica da economia de dados. É nesse movimento que reside a possibilidade de não apenas acompanhar a transformação em curso, mas de conduzi-la com coerência institucional.



Manuel Matos

*Manuel Matos é autor de **Da Intermediação à Infraestrutura** (Editora Roncarati, 2026). Quatro décadas dedicadas a organizar o mercado de seguros por tecnologia e articulação institucional.*

Este texto é de autoria própria e não representa posições de entidades ou instituições.

A Carta Reservada de Seguros é inteligência prospectiva de circulação exclusiva para assinantes. Produzida no referencial do Sistema Nacional de Seguros Privados, opera no binômio confiança e concorrência e se dirige a legisladores, reguladores, formuladores de políticas públicas e investidores.

Para quem decide antes dos números

www.manuelmatos.com.br · **www.cartareservada.com.br**